

Alexandre de Moraes manda soltar Mauro Cid

Cid tinha sido preso por descumprir medidas cautelares

Por Ana Paula Marques

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a soltura do tenente-coronel Mauro Cid, preso acusado de articulação envolvendo a trama golpista que resultou nos ataques de 8 de janeiro de 2023. Cid está em liberdade provisória até segunda ordem.

A determinação de Moraes autorizando a libertação ocorreu na última sexta-feira (3), o ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL) estava preso desde 22 de março, logo após depor no STF sobre áudios vazados pela revista Veja, em que ele critica Moraes e diz ter sido coagido a delatar, o que foi considerado pelas investigações descumprimento de medidas cautelares e obstrução à Justiça.

Decisão

Por entender que Cid não iria mais descumprir as medidas impostas, o ministro do STF manteve, integralmente, o acordo de delação que está firmado com o militar e também as mesmas medidas cautelares, como o uso de tornozeleira eletrônica. Na decisão, Moraes afirma que Cid compareceu à Diretoria de Inteligência da Polícia Federal após ser detido em março e, na ocasião, prestou novos depoimentos com “informações complementares sobre os áudios divulgados”.

O ministro ainda considerou, em seu pedido de soltura, que Cid reafirmou a validade dos relatos que fez até então no âmbito das investigações que atingem, principalmente, o ex-presidente



Lula Marques/ Agência Brasil

Mauro Cid confirmou detalhes que a PF já investigara

Jair Bolsonaro, investigado pela PF por ter elaborado uma tentativa de golpe de Estado.

“Nessas circunstâncias reduziu-se a percepção de risco para a instrução criminal e para a aplicação da lei penal. A pretensão de revogação da custódia cautelar parece reunir suficientes razões práticas e jurídicas, merecendo acolhimento, sem embargo de serem retomadas integralmente as medidas cautelares diversas da prisão anteriormente impostas ao investigado”, descreve Moraes.

Prisões

Mauro Cid foi preso pela primeira vez em maio de 2023 por conta das investigações de fraudar cartão de vacinação do ex-presidente Bolsonaro e sua filha, Laura Bolsonaro. Ele dei-

xou a prisão em setembro do mesmo ano, após fechar acordo de delação premiada com as investigações.

Desde então, ele tem ficado em liberdade provisória. Entretanto, após virem à tona áudios dele criticando o ministro do Supremo e a PF e afirmando que os investigadores já estariam com uma “narrativa pronta” sobre os fatos que ele deveria relatar, em março, ele voltou a ser preso.

Depois dos áudios, Cid foi ouvido por cerca de 30 minutos pelo desembargador Airton Vieira, juiz instrutor do gabinete de Moraes, na ocasião ele não revelou para quem teria enviado os áudios. Ao final da audiência ele recebeu a ordem de prisão e chegou a desmaiar. Desde então ele estava detido no Batalhão de Polícia do Exército, em Brasília.

Depois do ocorrido, Cid prestou uma série de depoimentos à Polícia Federal, sendo que a última vez que as autoridades ouviram o militar foi na semana passada, por videoconferência.

Medidas

Moraes mantém uma série de medidas cautelares que devem ser seguidas pelo militar. Ele não poderá sair de casa no período noturno e nos finais de semana, terá que usar tornozeleira eletrônica, obrigação de apresentar-se perante o juiz, no prazo de 48 horas, e comparecimento semanal, todas as segundas-feiras.

Ele também está proibido de se ausentar do país e não poderá utilizar redes sociais. Além de também não poder comunicar-se com os demais investigados, com exceção de sua esposa, filha e pai.

Dallagnol desiste da Prefeitura de Curitiba

Por Ana Paula Marques

O ex-deputado federal e ex-procurador da Operação Lava Jato Deltan Dallagnol (Novo-PR) anunciou que não vai disputar a eleição para a prefeitura de Curitiba (PR), que acontece em outubro deste ano. O anúncio foi feito em suas redes sociais na última sexta-feira (3).

Em um vídeo, Deltan afirma que não disputará o cargo depois de “muita oração e muita reflexão”. Ele também explicou ter questões pessoais para desistir da corrida eleitoral e falou que sua “missão” vai além de Curitiba. “Não buscamos um cargo, mas uma transformação. O cargo é apenas um possível meio ou instrumento”, afirmou em nota.

O anúncio foi feito apenas três dias depois de o ex-parlamentar ter se reunido com o vice-prefeito de Curitiba, Eduardo Pimentel (PSD), que havia convidado Deltan para compor sua chapa. Pedido que foi aceito, agora Deltan disse que viajar o Brasil para apoiar outros candidatos do partido Novo. “Eu sinto que minha missão nesse momento vai além de Curitiba e que eu posso contribuir de forma mais ampla pra renovação política”.

“Agradeço imensamente pelo apoio que recebi como pré-candidato em Curitiba. Ver tantos corações e mentes alinhados com o meu em amar e servir reforçou minha determinação e minha esperança. Quero que saibam que não estou me afastando da luta. Estou escolhendo



Fernando Frazão/ Agência Brasil

Anúncio foi feito pelo ex-parlamentar nas redes sociais.

lutar em uma frente mais ampla e desafiadora e, para isso, eu sigo contando com o apoio de todos vocês”, concluiu Deltan.

Disputa

Deltan aparecia liderando em um dos cenários de pesquisa eleitoral para a candidatura à Prefeitura de Curitiba para as eleições de 2024, com 18,2% das intenções de voto, segundo pesquisa do instituto AtlasIntel.

O ex-procurador e ex-deputado federal lidera, em segundo lugar está o ex-deputado federal Paulo Martins (PL), com 18%, e o atual vice-prefeito, Eduardo Pimentel (PSD), com 17,9%. Como a margem de erro da pesquisa é de três pontos percentuais, para mais ou para menos, há empate técnico entre os três.

Com a saída de Deltan da pré-candidatura, 11 partidos confirmaram nomes de pré-candidatos à Prefeitura de Curitiba. O Novo, atual partido de Deltan, ainda não tem um nome para substituir o do ex-deputado.

Cassação

Em maio de 2023, Deltan Dallagnol teve seu mandato de deputado cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com base na Lei da Ficha Limpa. Na ocasião, a Corte Eleitoral, por unanimidade, concluíram que Dallagnol teria pedido exoneração do cargo de procurador da República enquanto ainda estavam pendentes análises de reclamações disciplinares, sindicâncias, pe-

didados de providências e Processo Administrativo Disciplinar (PAD) abertos contra ele no Ministério Público, ou seja, o TSE considerou que Dallagnol fraudou a Lei da Ficha Limpa por pedir exoneração do cargo enquanto ainda respondia a processos internos no Conselho Nacional do MP.

Apesar disso, a decisão da Corte gerou dúvidas sobre a elegibilidade de Deltan para o pleito de 2024. Já que, mesmo cassado no ano passado, o processo não chegou a citar que ele perderia a capacidade de concorrer em outras eleições, uma vez que somente a candidatura foi anulada. Deltan foi o candidato a deputado mais votado do Paraná, com quase 345 mil votos.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



Resposta de Baleia foi para marcar posição

MDB respondeu a Lula para evitar ligação com Bolsonaro

A preocupação do presidente nacional do MDB, deputado Baleia Rossi (SP), em evitar que a candidatura a reeleição do prefeito Ricardo Nunes (MDB) seja identificada com Jair Bolsonaro foi o motivo principal de sua rápida resposta, semana passada, a Lula.

No 1º de Maio, o presidente da República chamou a eleição paulistana de guerra, pediu votos para seu candidato, Guilherme

Boulos (Psol), e disse que ele enfrentaria um adversário municipal, estadual e nacional, numa referência ao ex-presidente. Ainda na tarde de quarta, Baleia ressaltou no X (ex-Twitter) que o MDB ocupa três ministérios, tem uma postura “colaborativa-propositiva” e apresentou ideias adotadas pela administração federal — passou ao largo de Bolsonaro e ressaltou ligações com o governo petista.

Medo da rejeição

Na avaliação de Baleia, os votos dos eleitores de Bolsonaro são fundamentais para que Nunes consiga a reeleição. O partido, porém, teme que a rejeição ao ex-presidente contamine o atual prefeito. Daí a pressa em frisar que ele é candidato do MDB, não do bolsonarismo.

Discussão

A reação ao discurso de Lula foi discutida entre Baleia e assessores. Houve a decisão de fazer uma postagem que expressasse um descontentamento com o presidente e que, ao mesmo tempo, evitasse dar corda à polarização nacional que o PT incentiva na cidade.



José Cruz/ Agência Brasil

Helder Barbalho demonstra ter força no partido

Partido não descarta a vice de Lula em 2026

A reação do presidente do MDB teve também o objetivo de ressaltar sua posição dentro do próprio partido. Reeleito no ano passado para o cargo, Baleia avalia que a reeleição do cargo enquanto ainda respondia a processos internos no Conselho Nacional do MP.

Apesar disso, a decisão da Corte gerou dúvidas sobre a elegibilidade de Deltan para o pleito de 2024. Já que, mesmo cassado no ano passado, o processo não chegou a citar que ele perderia a capacidade de concorrer em outras eleições, uma vez que somente a candidatura foi anulada. Deltan foi o candidato a deputado mais votado do Paraná, com quase 345 mil votos.

A vice-presidente na chapa de Lula em 2026. Governador do Pará, Helder Barbalho é, entre os integrantes do MDB, o que mais ameaça fazer sombra a Baleia. A mãe de Nunes é importante para que ele continue no comando da agremiação — até porque não descarta a possibilidade de um emedebista ser candidato

Virou pizza

Presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), vai mesmo fatar a relatoria da regulamentação da reforma tributária. O projeto do governo será entregue a cinco ou seis deputados, encarregados de avaliar o texto e de propor mudanças. Avalia que isso diluirá as pressões.

Contradições

Aliados de Lira avaliam que isso tende a dar confusão, impedir a unidade do texto e complicar o trabalho no plenário, já que um relatório deverá apresentar contradições em relação a outro. Lira diz que até 17 de julho, quando começa o recesso, tudo terá sido votado.

Riscos sindicais

Autor de “Histórias do sindicalismo no Brasil e outros ensaios”, Michel Zaidan Filho vê com preocupação o futuro da organização de trabalhadores. “É um desafio para o direito, para o governo e para sindicalistas”, diz o professor da Universidade Federal de Pernambuco.

As causas

Para ele, o fim abrupto do imposto sindical e fatores como a pejotização e precarização do trabalho, o fim das macropolíticas de emprego e renda, o “mito do empreendedorismo”, a fragmentação e a disputa do Judiciário com o Parlamento contribuíram pro problema.